

Demonstrações Financeiras

Canarana Transmissora de Energia S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstração da mutação do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Diretores da
Canarana Transmissora de Energia S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Canarana Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na nota explicativa 4, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Glaucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Balanço patrimonial (Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)	01/01/2018 (reapresentado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.615.240	157.287.646	284.524
Concessionárias e permissionárias	8	7.399.201	7.087.413	-
Contas a receber - partes relacionadas	23	14.469	-	-
Adiantamento a fornecedor		3.910.641	1.815.091	-
Impostos a recuperar	9	3.763.499	3.629.308	113.367
Ativos de contrato	10	65.570.119	61.511.987	35.147.084
Outros ativos circulantes		38.423	150.452	251.514
		87.311.592	231.481.897	35.796.489
Ativo não circulante				
Títulos e valores mobiliários	7	5.011.964	-	-
Ativos de contrato	10	514.030.404	499.522.288	309.314.157
Outros ativos não circulantes		-	89.625	108.241
Imobilizado		119.247	137.427	62.948
Intangível		58.712	75.896	83.640
		519.220.327	499.825.236	309.568.986
Total do ativo		606.531.919	731.307.133	345.365.475
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros	11	10.273.525	14.861.808	22.895.310
Fornecedores - partes relacionadas	23	245.780	3.562	-
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	10.819.963	9.687.094	-
Empréstimos - partes relacionadas	13	-	115.545.635	-
Impostos e contribuições sociais	12	9.031.859	672.924	2.030.848
Taxas regulamentares	14	506.285	208.361	-
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	17	13.072.897	799.991	-
Outros passivos circulantes		1.332.434	1.523.805	835.586
		45.282.743	143.303.180	25.761.744
Passivo não circulante				
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	128.284.065	137.791.434	-
Impostos diferidos	16	144.712.110	135.266.600	78.261.291
Outras contas a pagar - partes relacionadas		-	-	9.806.110
		272.996.175	273.058.034	88.067.401
Patrimônio líquido				
Capital social	17	84.001.000	144.001.000	144.001.000
Reserva de retenção de lucros		110.074.336	79.199.110	-
Reserva de lucros a realizar		87.535.330	87.535.330	87.535.330
Reserva legal		6.642.335	4.210.479	-
		288.253.001	314.945.919	231.536.330
Total do passivo e do patrimônio líquido		606.531.919	731.307.133	345.365.475

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Receita operacional líquida	18	82.462.080	241.382.368
Custo da operação	19	(3.945.895)	(99.693.215)
Lucro bruto		78.516.185	141.689.153
Despesas gerais e administrativas	20	(2.983.142)	(3.142.272)
Outras (despesas)/receitas operacionais		(86.586)	(43.887)
Lucro antes do resultado financeiro		75.446.457	138.502.994
Resultado financeiro	21	(10.033.377)	(10.836.059)
Receita financeira		2.127.257	17.535
Despesa financeira		(12.160.634)	(10.853.594)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		65.413.080	127.666.935
Imposto de renda e contribuição social	22	(16.775.970)	(43.457.355)
Lucro líquido do exercício		48.637.110	84.209.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	48.637.110	84.209.580
Outros resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	<u>48.637.110</u>	<u>84.209.580</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Capital social	Reservas de Lucros			Lucro (Prejuízo) acumulado	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros	Reserva especial de lucros a realizar		
Saldos em 01 de janeiro de 2018 (reapresentado)	144.001.000	-	-	87.535.330	-	231.536.330
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	84.209.580	84.209.580
Constituição da reserva especial de lucros a realizar	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	4.210.479	-	-	(4.210.479)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	79.199.110	-	(79.199.110)	-
Dividendos propostos (Nota explicativa 17)	-	-	-	-	(799.991)	(799.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	144.001.000	4.210.479	79.199.110	87.535.330	-	314.945.919
Redução de capital conforme AGE 12 de setembro de 2019	(60.000.000)	-	-	-	-	(60.000.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	48.637.110	48.637.110
Juros sobre capital próprio	-	-	(15.330.028)	-	-	(15.330.028)
Constituição de reserva legal	-	2.431.856	-	-	(2.431.856)	-
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros	-	-	46.205.254	-	(46.205.254)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	84.001.000	6.642.335	110.074.336	87.535.330	-	288.253.001

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro/(prejuízo) do exercício antes dos impostos		65.413.080	127.666.935
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Juros do empréstimo e financiamento		11.640.924	5.720.523
Depreciação e amortização		39.096	22.978
Provisão para crédito de liquidação duvidosa		86.680	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Ativo de contrato		(18.566.247)	(275.385.344)
Concessionárias e permissionárias		(398.468)	(7.087.413)
Impostos a recuperar		(134.191)	(3.515.942)
Adiantamento à fornecedores		(2.095.550)	(1.815.091)
Contas a receber partes relacionadas		(14.469)	-
Outros ativos		201.653	119.679
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		599.135	(8.033.502)
Tributos e contribuições sociais		1.078.675	71.002.341
Partes relacionadas		-	(9.802.548)
Taxas regulamentares		297.924	208.361
Juros pagos		(13.993.777)	-
Impostos pagos		(2.349.702)	-
Outros passivos		(5.136.573)	688.218
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		36.668.190	(100.210.805)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível		(3.731)	(89.713)
Títulos e valores mobiliários		(5.011.965)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		(5.015.696)	(89.713)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Redução de capital		(60.000.000)	-
Empréstimos e financiamentos captados		-	257.303.640
Empréstimos pagos		(121.567.282)	-
Dividendos pagos		(757.618)	-
Fluxo de caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(182.324.900)	257.303.640
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa		(150.672.406)	157.003.122
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		157.287.646	284.524
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		6.615.240	157.287.646

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

1. Informações gerais

A Canarana Transmissora de Energia S.A. ("CNTE" ou "Companhia"), é uma Companhia privada de capital fechado constituída em 27 de abril de 2016 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 14º andar, Centro, Rio de Janeiro, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

A Companhia é controlada desde sua constituição pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1. Da concessão

Em 13 de abril de 2016 a SGBH sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 013/2015 com receita anual permitida (RAP) no valor de R\$58.212.631 e deságio de 5,29% frente a RAP máxima apresentada pela ANEEL. O contrato de concessão foi assinado em 25 de agosto de 2016, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão

- (i) Linha de Transmissão em 230kV entre as subestações Paranatinga e Canarana, em circuito simples, com extensão aproximada de 275km.
- (ii) Novo pátio da subestação Paranatinga, em 500/230kV, 3x40 MVA mais unidade reserva.
- (iii) Subestação Canarana, em 230/138kV, 3x40 MVA mais unidade reserva, equipamentos compensação reativa, conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, conexões de reatores, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.
- (iv) A entrada em operação da Companhia ocorreu em junho de 2018, conforme termos de liberação para operação comercial emitido pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.2. Receita anual permitida (RAP)

De acordo com o contrato de concessão nº 16/2016 firmado entre a Canarana e a Agência Nacional e Energia Elétrica (ANEEL) a transmissora receberá pela prestação do serviço público de transmissão, até o final da concessão, a RAP de R\$ 58.212.631 (cinquenta e oito milhões, duzentos e doze mil, seiscentos e trinta e um reais), data base janeiro/2016. Ainda conforme o contrato a receita devida à transmissora será reajustada anualmente todo mês de julho, por fórmula pré-estabelecida que utiliza o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) como base.

A concessionária obteve a permissão para começar a receber RAP em 04 de junho de 2018 quando da emissão do Termo de Liberação Definitivo pelo ONS.

Em 26 de junho de 2018 a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.408/2018 estabeleceu a RAP em R\$ 64.541.800 para o período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

Em 25 de junho de 2019, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.565/2019 estabeleceu a RAP em R\$ 67.548.324 para o período de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

No exercício de 2018 houve reclassificações de valores que encontravam-se em adiantamento de seguros para outros ativos circulantes no montante de R\$ 107.178 e R\$ 208.361 e R\$ 3.562 de outros passivos circulantes e tributos e contribuições sociais para taxas regulamentares e fornecedores partes relacionadas, respectivamente. Não foram efetuadas outras reclassificações nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 21 de fevereiro de 2020.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos contratuais de concessão pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis.

2.3. Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3. Resumo das principais práticas contábeis

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

3.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

3.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

3.4. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos à concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Ativo de Concessão - contratual

Em 31 de dezembro de 2017, a infraestrutura de transmissão era classificada como ativo financeiro sob escopo do ICPC 01 / IFRIC 12 e mensurada ao custo amortizado. Eram contabilizadas receitas de construção e de operação além da receita de remuneração de infraestrutura do contrato de concessão com base na TIR de cada projeto, juntamente com a variação do IPCA.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo Contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão a partir de 1º de janeiro de 2018 passaram a ser registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3.5. Ativo imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.6. Ativo Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

3.7. Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

3.8. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

3.9. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.10. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

3.11. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.12. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.13. Receita operacional

A Companhia aplicou o CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes, a partir de 1º de janeiro de 2018, com base no método retrospectivo modificado. Os impactos advindos desta aplicação, referem-se basicamente a reclassificação dos saldos anteriormente registrados como ativos financeiros, para ativos contratuais de concessão.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

b) Remuneração do ativo contratual de concessão - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

c) Receita de operação e manutenção - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

3.14. Instrumentos financeiros

A Companhia aplicou os requerimentos do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, a partir de 1º de janeiro de 2018, relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Com a adoção do CPC 48 os instrumentos financeiros passaram a ser classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma também elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia passou a apresentar os instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

- (i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment) - O CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

- (ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.15. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.16. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes aos de mercado. Certas transações, por possuírem características e condições únicas e/ou específicas, portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

4. Reapresentação dos saldos comparativos

Ao longo de 2018, as companhias de Transmissão de Energia Elétrica estiveram envolvidas em discussão técnica contábil em relação à classificação dos ativos de transmissão. A Administração da Companhia, após reavaliação deste tema e objetivando a melhor apresentação das suas demonstrações financeiras, com base nas orientações emanadas pelo "CPC 23 – Políticas Contábeis Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro", procedeu com a reapresentação, de forma retrospectiva, do seu balanço patrimonial, demonstração do resultado, demonstração do resultado abrangente, demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente publicadas em 18 de Março de 2019, decorrentes de erro na mensuração da receita e do ativo de contrato das concessões de transmissão na adoção inicial do pronunciamento citado acima, e seus impactos tributários correlacionados conforme abaixo:

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Balança Patrimonial	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		157.287.646	-	157.287.646
Impostos a recuperar	(iv)	31.348	3.597.960	3.629.308
Ativo de contrato	(i)	65.057.332	(3.545.345)	61.511.987
Demais ativos circulantes não impactados		9.052.956	-	9.052.956
		231.429.282	52.615	231.481.897
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	517.777.155	(18.254.867)	499.522.288
Demais ativos não circulantes não impactados		302.948	-	302.948
		518.080.103	(18.254.867)	499.825.236
Total do ativo		749.509.385	(18.202.252)	731.307.133
	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		14.861.808	-	14.861.808
Empréstimos - partes relacionadas		115.545.635	-	115.545.635
Dividendos propostos	(iii)	757.618	42.373	799.991
Demais passivos circulantes não impactados		12.095.746	-	12.095.746
Total do passivo circulante		143.260.807	42.373	143.303.180
Passivo não circulante				
Financiamentos - terceiros		137.791.434	-	137.791.434
Impostos diferidos	(ii)	158.827.847	(23.561.247)	135.266.600
		296.619.281	(23.561.247)	273.058.034
Patrimônio líquido				
Capital social		144.001.000	-	144.001.000
Reserva de retenção de lucros	(i) e (ii)	75.004.148	4.194.962	79.199.110
Reserva de lucros a realizar	(i) e (ii)	86.636.688	898.642	87.535.330
Reserva legal	(i) e (ii)	3.987.461	223.018	4.210.479
		309.629.297	5.316.622	314.945.919
Total do passivo e do patrimônio líquido		749.509.385	(18.202.252)	731.307.133
Demonstração do resultado	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Receita operacional líquida	(i)	250.197.849	(8.815.481)	241.382.368
Outros		(113.715.433)	-	(113.715.433)
Imposto de renda e contribuição social	(ii) e (iv)	(56.733.189)	13.275.834	(43.457.355)
Lucro líquido do exercício		79.749.227	4.460.353	84.209.580

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Demonstração do resultado abrangente	Ref	31/12/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Lucro líquido do exercício	(i) (ii) e (iv)	79.749.227	4.460.353	84.209.580
Outros resultados abrangentes		-	-	-
Total de resultados abrangentes		<u>79.749.227</u>	<u>4.460.353</u>	<u>84.209.580</u>

Demonstração do Fluxo de Caixa	31/12/2018		
	(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos	136.482.417	(8.815.482)	127.666.935
Itens de resultado que não afetam o caixa	5.743.501	-	5.743.501
(Aumento) redução nos ativos	(306.785.007)	19.100.896	(287.684.111)
Aumento (redução) nos passivos	<u>64.348.284</u>	<u>(10.285.414)</u>	<u>54.062.870</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>(100.210.805)</u>	<u>-</u>	<u>(100.210.805)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(89.713)	-	(89.713)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	<u>257.303.640</u>	<u>-</u>	<u>257.303.640</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	157.003.122	-	157.003.122

A seguir impactos da adoção do CPC 47 no balanço social da Companhia em 1 de janeiro de 2018:

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Balço Patrimonial	Ref	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Ativo				
Ativo circulante				
Ativo de contrato	(i)	38.365.821	(3.218.737)	35.147.084
Demais ativos circulantes não impactados		649.405	-	649.405
		39.015.226	(3.218.737)	35.796.489
Ativo não circulante				
Ativo de contrato	(i)	147.351.733	161.962.424	309.314.157
Demais ativos não circulantes não impactados		254.829	-	254.829
		147.606.562	161.962.424	309.568.986
Total do ativo		186.621.788	158.743.687	345.365.475
	Ref	01/01/2018		
		(Original)	Ajustes	(Ajustado)
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores - terceiros		22.895.310	-	22.895.310
Demais passivos circulantes não impactados		2.866.434	-	2.866.434
Total do passivo circulante		25.761.744	-	25.761.744
Passivo não circulante				
Impostos diferidos	(ii)	19.448.979	58.812.312	78.261.291
Outras contas a pagar - partes relacionadas		9.806.110	-	9.806.110
		29.255.089	58.812.312	88.067.401
Patrimônio líquido				
Capital social		144.001.000	-	144.001.000
Reserva de lucros a realizar	(i) e (ii)	-	87.535.330	87.535.330
Prejuízo acumulado	(i) e (ii)	(12.396.045)	12.396.045	-
		131.604.955	99.931.375	231.536.330
Total do passivo e do patrimônio líquido		186.621.788	158.743.687	345.365.475

- (i) Ajustes para correção de erros na implementação do CPC 47, que define o ativo da concessão como ativo contratual conforme descrito na nota explicativa 3.4
- (ii) Impacto dos impostos diferidos sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do CPC 47e sobre os ajustes de IR e CS correntes referente a recálculo do IFRIC 12
- (iii) Efeitos dos ajustes que foram refletidos no resultado do exercício
- (iv) Impacto dos impostos correntes sobre os ajustes efetuados referente ao recálculo do IFRIC 12

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

5. Normas e interpretações novas e revisadas

5.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

As seguintes Normas e interpretações que se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

- **CPC 06 (R2) – Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) se sobrepõe à versão anterior (R1) da norma de arrendamentos, além do ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos e exige que os arrendatários reconheçam a maioria dos arrendamentos no balanço patrimonial.

A contabilização do arrendador de acordo com o CPC 06 (R2) está substancialmente inalterada em relação à versão anterior da norma. Os arrendadores continuarão classificando arrendamentos como arrendamentos operacionais ou financeiros, utilizando princípios similares aos da versão anterior da norma.

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) usando o método retrospectivo modificado de adoção, com a data de aplicação inicial de 1º de janeiro de 2019. A Companhia aplicou a norma somente a contratos que foram previamente identificados como arrendamentos, aplicando-se a versão anterior da norma na data da aplicação inicial. A Companhia também optou por utilizar as isenções de reconhecimento para contratos de arrendamento que, na data de início, têm um prazo de arrendamento igual ou inferior a 12 meses e não contêm opção de compra (arrendamento de curto prazo) e contratos de arrendamento para os quais o ativo subjacente é de baixo valor (ativos de baixo valor).

Não houve efeito significativo oriundo da adoção ao CPC 06 (R2) sobre as demonstrações financeiras.

- **ICPC 22 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro**

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

- Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente.
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais.
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto.
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A Companhia determina se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos e considera a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza.

A Companhia aplica julgamento significativo na identificação de incertezas sobre tratamentos de imposto de renda. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras.

- **CPC 48 - Recursos de pagamento antecipado com compensação negativa**

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, desde que os fluxos de caixa contratuais sejam “somente pagamentos de principal e juros sobre o principal em aberto”(critério de SPPI) e o instrumento for mantido no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Melhorias anuais

- **CPC 32 - Tributos sobre o Lucro**

As alterações esclarecem que as consequências do imposto de renda sobre dividendos estão vinculadas mais diretamente a transações ou eventos passados que geraram lucros distribuíveis do que às distribuições aos titulares. Portanto, a entidade reconhece as consequências do imposto de renda sobre dividendos no resultado, outros resultados abrangentes ou patrimônio líquido conforme o lugar em que a entidade originalmente reconheceu essas transações ou eventos passados.

A entidade aplica essas alterações a partir de 1º de janeiro de 2019. Quando a entidade aplica essas alterações pela primeira vez, as aplica às consequências do imposto de renda sobre dividendos reconhecidas a partir do início do período comparativo mais antigo. Como a legislação fiscal aplicável nas jurisdições nas quais a Companhia atua (primariamente no Brasil) não prevêem a tributação dos dividendos, essa alteração não trouxe efeito sobre as demonstrações financeiras.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

5.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

- **Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material**

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição “omissão material” ou “divulgação distorcida material” em todas as normas e esclarecer certos aspectos da definição declara que: “a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.”

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Caixa	899	-	-
Bancos	400.263	488.008	284.524
Aplicações financeiras	6.214.078	156.799.638	-
	<u>6.615.240</u>	<u>157.287.646</u>	<u>284.524</u>

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento. Os CDBs podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração de 97% da taxa CDI.

7. Títulos e valores imobiliários

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Conta reserva - financiamentos	5.011.964	-	-
	<u>5.011.964</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 13).

Durante todo o prazo do contrato, caso a CNTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a PRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta reserva atendia a referida obrigação de manter seis vezes o valor do pagamento de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, conforme previsto no contrato de financiamento com o BNDES.

8. Concessionárias e permissionárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
A vencer	6.531.573	6.722.215	-
Vencidas até 30 dias	22.455	365.198	-
Vencidas até 60 dias	7.354	-	-
Vencidas até 90 dias	6.494	-	-
Vencidas há mais de 90 dias	918.005	-	-
	<u>7.485.881</u>	<u>7.087.413</u>	<u>-</u>
(-) PCLD	(86.680)	-	-
	<u>7.399.201</u>	<u>7.087.413</u>	<u>-</u>

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. Segue movimentação da PCLD:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Provisão	(86.680)	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>(86.680)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

9. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
IRPJ saldo negativo	2.717.502	2.717.003
CSLL saldo negativo	911.349	911.349
IRRF sobre aplicação	-	69
Outros	134.648	887
	<u>3.763.499</u>	<u>3.629.308</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

10. Ativo de contrato

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)	<u>01/01/2018</u> (reapresentado)
Circulante	65.570.119	61.511.987	35.147.084
Não circulante	514.030.404	499.522.288	309.314.157
	<u>579.600.523</u>	<u>561.034.275</u>	<u>344.461.241</u>

11. Fornecedores

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Provisão para encerramento de obra	7.552.690	12.497.894	-
Fornecedores relacionados à construção	2.427.075	2.158.171	22.675.108
Gastos ambientais e fundiários	440	99.584	192.356
Prestadores de serviços	175.262	44.433	15.811
Outros	118.058	61.726	12.035
	<u>10.273.525</u>	<u>14.861.808</u>	<u>22.895.310</u>

12. Impostos e contribuições sociais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)	<u>01/01/2018</u>
IRPJ	4.459.386	-	-
CSLL	1.542.464	-	-
PIS	96.363	79.327	144
COFINS	462.307	365.415	886
INSS empregado	127.314	104.341	60.110
ISS terceiros	315	40.112	611.457
IRRF	2.298.913	1.725	505.725
Outros	44.797	82.004	852.526
	<u>9.031.859</u>	<u>672.924</u>	<u>2.030.848</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

13. Empréstimos e financiamentos

a) Total da dívida

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
BNDES	dez/18	jan/33	SGBH	TJLP +1,93%	139.104.028	147.478.528	-
State Grid Brasil Holding	dez/17	dez/18	N/A	108 % CDI	-	115.545.635	-
					139.104.028	263.024.163	-
Circulante					10.819.963	125.232.729	-
Não circulante					128.284.065	137.791.434	-
					139.104.028	263.024.163	-

Mútuo SGBH

Em 8 de janeiro de 2018 foi aprovada através do Despacho nº27 publicado no D.O. de 09 de janeiro de 2018 seção 1, p. 26, v. 155, n. 6 a anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel, o Contrato de Mútuo entre a Canarana Transmissora de Energia S.A. e a State Grid Brazil Holding - SGBH no valor de R\$ 110.000.000 (cento e dez milhões de reais) pelo prazo de 12 meses a partir da data de assinatura do documento.

Sobre o montante, incidirão juros equivalentes à 108% do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI divulgado pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos ao ano, calculados *pro-rata-die* com base no exponencial de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis no ano.

O saldo devedor, devidamente acrescido da remuneração (conforme definido acima), foi integralmente pago em janeiro de 2019.

BNDES

Em 18 de outubro de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao BNDES no montante de R\$ 180.983.105 (cento e oitenta milhões novecentos e oitenta e três mil cento e cinco reais) destinado a aquisição de máquinas e equipamentos, compra de materiais e serviços para a construção de da linha de transmissão. Sobre o montante incidirão juros de 1,93% (um vírgula noventa e três por cento) ao ano a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Do total deste montante, R\$ 147.303.640 (cento e quarenta e sete milhões trezentos e três mil e seiscentos e quarenta reais) já foram repassados pelo BNDES em 26 de dezembro de 2018.

Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) parcelas mensais e sucessivas. A primeira parcela vencendo em 15 de fevereiro de 2019 e a última vencerá em 15 de janeiro de 2033.

Garantias

- Penhor da totalidade das ações da Companhia de direito da SGBH.
- Cessão dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

Covenants

A Companhia deve apresentar a memória de cálculo do índice de cobertura da dívida para atender ao Contrato de Financiamento com o BNDES. A metodologia de cálculo consiste em dividir a Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida. Esta razão deve ser igual ou superior a 1,2. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2019. Abaixo está o cálculo do índice para 2019:

A) Geração de Caixa	54.303.324
(+) EBITDA	56.653.026
(-) Pagamento de IR + CS	(2.349.702)
B) Serviço da Dívida	19.830.964
(+) Amortização de dívida	9.713.420
(+) Pagamento de juros	10.117.544
Índice de cobertura do serviço da dívida (A/B)	2,74

O LAJIDA (EBITDA) corresponde ao somatório dos itens abaixo discriminados:

- (+/-) Lucro/Prejuízo antes do IR
- (+/-) Resultado Financeiro Líquido
- (+/-) Resultado de equivalência
- (+) Depreciações e amortizações
- (+/-) Perdas (desvalorização) por Impairment
- (+/-) Lucro/Prejuízo na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

A Companhia também deve apresentar o Índice de Capitalização com valor igual ou superior a 20%, conforme cálculos abaixo:

Patrimônio Líquido (A)
109.455.854
Ativo Total (B)
280.902.384
Índice de Capitalização (A/B)
39%

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal):

	<u>Amortização</u>
2021	10.600.164
2022	10.600.164
2023	10.600.164
2024-2033	96.483.573
	<u>128.284.065</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

14. Taxas regulamentares

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (ii)	484.700	187.149	-
Taxa de fiscalização (TFSEE) (i)	21.585	21.212	-
	<u>506.285</u>	<u>208.361</u>	<u>-</u>

(i) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 19 de julho de 2019, através do Despacho 2.004 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2019 a junho de 2020 de R\$ 21.585.

(ii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

15. Provisão para contingências

A Administração da Companhia, com base na análise individual dos processos judiciais e suportados por opinião de seus assessores jurídicos, constatou que não há ações movidas contra a Companhia com prognóstico de perda classificadas como “provável” ou “possível” e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários.

16. Impostos diferidos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
		(reapresentado)	(reapresentado)
Imposto de renda diferido	66.986.504	61.302.152	34.789.237
Contribuição social diferida	24.115.142	22.068.775	12.524.125
PIS diferido	9.562.948	9.257.064	5.520.441
COFINS diferido	44.047.516	42.638.609	25.427.488
	<u>144.712.110</u>	<u>135.266.600</u>	<u>78.261.291</u>

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre o saldo do ativo de contrato da Companhia.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$144.001.000, dividido em 144.001.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

Em 12 de setembro de 2019, através de Assembleia Geral extraordinária, os sócios decidiram pela redução do capital social, inteiramente integralizado, de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), pelo cancelamento de 60.000.000 (sessenta milhões) de ações ordinárias nominativas, tudo em conformidade com o artigo 173 da lei 6.404/76.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 84.001.000,00 (oitenta e quatro milhões e um mil reais) representado por 84.001.000,00 (oitenta e quatro milhões e um mil) ações ordinárias, nominativas, como valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:

	<u>2019 e 2018</u>
State Grid Brazil Holding S.A.	99,99%
International Grid Holdings Limited	0,01%
	<u>100%</u>

b) Reserva Legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas.

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	48.637.110	84.209.580
Reserva legal (5%)	(2.431.856)	(4.210.479)
Base de cálculo para os dividendos	46.205.254	79.999.101
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	462.053	799.991
Provisão de Juros sobre capital próprio	<u>15.330.028</u>	<u>-</u>

Em 17 de dezembro de 2019, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio no montante de R\$ 15.330.028 referente ao exercício social de 2019. O valor do imposto de renda devido sobre o juros sobre capital próprio foi de R\$ 2.299.504 o que gerou um valor líquido a pagar de R\$13.030.524, que será pago até dezembro de 2020. Devido ao valor ter sido superior ao valor do dividendo mínimo obrigatório, não houve provisão do mesmo.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

18. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Receita operacional bruta	91.897.265	266.932.977
Receita de operação e manutenção	9.701.817	5.529.012
Remuneração dos ativos de contrato	80.050.297	66.063.882
Receita de construção	-	195.545.281
Ajustes de receitas variáveis	2.145.151	(205.198)
Deduções da receita operacional	(9.435.185)	(25.550.609)
PIS	(1.516.305)	(4.470.954)
COFINS	(6.984.192)	(20.593.689)
TFSEE	(677.548)	(358.690)
P&D	(257.140)	(127.276)
	82.462.080	241.382.368

19. Custo da operação

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(5.078.407)	(1.296.178)
Material	(186.232)	(4.684)
Serviços de terceiros	(56.159)	(11.015)
Arrendamentos e aluguéis	(136.363)	-
Seguros	-	(58.983)
Tributos	(10.906)	(62.085)
Custo de construção (i)	2.373.342	(97.983.078)
Custo de operação e manutenção	(364.332)	-
Gastos diversos	(486.838)	(277.192)
	(3.945.895)	(99.693.215)

- (i) Valor referente a estorno de provisão para encerramento de obra, apurada a maior na unitização

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

20. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Pessoal	(1.697.713)	(1.495.740)
Material	(3.759)	(603)
Serviços de terceiros	(416.242)	(766.488)
Arrendamentos e aluguéis	(94.200)	(76.897)
Doações	(270.980)	(448.996)
Provisões	(86.680)	-
Tributos	(5.321)	(32.316)
Depreciação e amortização	(39.096)	(22.978)
Outras	(369.151)	(298.254)
	<u>(2.983.142)</u>	<u>(3.142.272)</u>

21. Resultado financeiro

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas financeiras	<u>2.127.257</u>	<u>17.535</u>
Receitas de aplicações financeiras	2.150.611	18.699
Tributos sobre receitas financeiras	(103.785)	-
Outras receitas financeiras	80.431	(1.164)
Despesas financeiras	<u>(12.160.634)</u>	<u>(10.853.594)</u>
Juros sobre empréstimos - partes relacionadas	(2.836.239)	(5.564.362)
Juros sobre empréstimos - terceiros	(8.526.072)	(156.162)
IOF, taxas e comissões	(25.059)	(4.821.890)
Outras despesas financeiras	(773.264)	(311.180)
	<u>(10.033.377)</u>	<u>(10.836.059)</u>

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

22. Base do imposto de renda e contribuição social (lucro real)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u> (reapresentado)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	65.413.080	127.666.935
Alíquota nominal	<u>(22.216.447)</u>	<u>(43.382.758)</u>
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva		
Adições e exclusões não dedutíveis	(474.533)	(8.833.627)
Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo/PAT)	299.329	190.964
Outros	<u>5.615.682</u>	<u>8.568.066</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	<u>(16.775.970)</u>	<u>(43.457.356)</u>
IR e CS correntes	(9.045.251)	(7.399.789)
IR e CS diferidos	<u>(7.730.719)</u>	<u>(36.057.567)</u>
	<u>(16.775.970)</u>	<u>(43.457.356)</u>

23. Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2019 e 2018 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais são efetuados em condições usuais de mercado, os quais:

23.1. Ativo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Contas a receber - partes relacionadas	<u>14.469</u>	-	-
Outros	14.469	-	-

23.2. Passivo

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Fornecedores /Empréstimos partes relacionadas	<u>245.780</u>	<u>115.549.197</u>	-
Aluguel	6.454	-	-
Outros	239.326	3.562	-
Empréstimos com a SGID (nota explicativa 13)	-	115.545.635	-

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

23.3. Resultado

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Resultado - partes relacionadas	<u>(74.879)</u>	-
Despesa de aluguel (i)	(74.879)	-

(i) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

24. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

24.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativos mensurados pelo valor justo</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Caixa e equivalentes de caixa	6	6.615.240	157.287.646	284.524
<u>Ativos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Concessionárias e permissionárias	8	7.399.201	7.087.413	-
<u>Passivos mensurados pelo custo amortizado</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>01/01/2018</u>
Empréstimos e financiamentos - terceiros	13	139.104.028	147.478.528	-
Empréstimos - partes relacionadas	13	-	115.545.635	-
Fornecedores terceiros	11	10.273.525	14.861.808	22.895.310
Fornecedores partes relacionadas	23	245.780	3.562	-

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

24.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

d) Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

Canarana Transmissora de Energia S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em reais)

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

25. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

26. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

<u>Ativo</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Responsabilidade civil	Risco civil	247.876.168	247.876.168
Seguro patrimonial	Risco operacional	10.000.000	10.000.000
		<u>257.876.168</u>	<u>257.876.168</u>